



Marcas da influência etnocentrista nas representações midiáticas do Oriente Médio na mídia impressa periódica brasileira: abordagem da revista *Veja* sobre as eleições do Hamas em 2006.¹

Ana Beatriz Paes²

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

RESUMO

As manifestações da hegemonia dos projetos políticos, sociais e culturais do Ocidente podem ser identificadas nos mais diversos campos. Este artigo se propõe a identificar as influências e conseqüências da visão etnocêntrica no campo do jornalismo, apontando marcas presentes na narrativa jornalística na abordagem de questões sobre o Oriente Médio, capazes de evidenciá-la.

O caso específico estudado é o contraste de duas manifestações midiáticas de perspectivas distintas, ocidental e oriental, frente ao mesmo tópico: eleições do Hamas em 2006. Como representante do Ocidente, a cobertura da revista *Veja*, e do Oriente, o relato de Khaled Hroub, jornalista da Al-Jazeera.

PALAVRAS-CHAVE: etnocentrismo, representação, Hamas, narrativa, jornalismo.

1. Introdução:

“Em 2006, o Hamas surpreendeu o mundo vencendo as eleições democráticas no Conselho Legislativo palestino da limitada Autoridade Palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.” (HROUB, 2008)

“Os Candidatos do terrorismo islâmico conquistaram 76 das 132 cadeiras do Parlamento, contra apenas 43 da Fatah, o partido criado por Yasser Arafat e que desde os anos 60 representa o nacionalismo palestino”. (“Terroristas no Poder”- VEJA: 1º de Fevereiro de 2006.)

A simples contrastação entre formas distintas de narrar a vitória do Hamas nas eleições palestinas de 2006 já se faz eficiente para notarmos, minimamente, o descompasso entre representações acerca do Oriente Médio. Ao compararmos a perspectiva hegemônica compartilhada pelo mundo Ocidental, com a pouco revelada

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Estudos de Mídia do IACS-UFF. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq/PIBIC-UFF, orientada pela Prof. Dr. Ana Lucia Enne. email: bia_emidia@yahoo.com.br.



Oriental, o caráter tipicamente etnocentrista presente na narrativa jornalística Ocidental se faz evidente.

O Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) foi fundado em meio à primeira *intifada* do povo palestino frente à ocupação israelense, em dezembro de 1987. Criado pela Irmandade palestina trata-se de um movimento motivado pela libertação religiosa e nacionalista, contra o colonialismo britânico e o sionismo na Palestina. Apresenta como referência ideológica o Islã³, e como referência de resistência, as mesmas justificativas utilizadas pelo movimento secular de resistência nacional palestina, até então endossadas pela Liga Árabe, Organização da Conferência Islâmica, Movimento dos Países Não Alinhados e as Nações Unidas.

Khaled Hroub é jornalista da Al-Jazeera, nascido em um campo de refugiados em Belém, e é atualmente diretor do Projeto Mídia Árabe da Universidade de Cambridge. Al-Jazeera, por sua vez é a maior emissora televisiva do Catar, e transmite sua programação na língua árabe. Fundada em 1996, sua marcante característica é a veiculação de notícias, fazendo frente às outras mídias árabes que serviam basicamente para transmitir anúncios do governo, por seu diferenciado grau de liberdade de expressão. Em 2006 lançou mundialmente um canal com notícias do mundo árabe em inglês, Al-Jazeera English, com a intenção de promover uma visão árabe dos acontecimentos que lhes dizem respeito. As fontes a serem utilizadas no presente artigo que lhes dizem respeito não são as produzidas por Hroub enquanto jornalista da emissora, mas sim as de um guia escrito por ele: “HAMAS: um guia para iniciantes”.

A revista *Veja* é um tradicional periódico semanal brasileiro, pertencente à editora Abril, cuja primeira edição data de 1968. Seu conteúdo é dividido em seções, dentre elas, uma dedicada às questões internacionais. Justamente dessa sessão que pudemos extrair a cobertura das eleições do Hamas. Sua orientação editorial é notoriamente enviesada por uma perspectiva conservadora. Diogo Schelp é jornalista da Revista *Veja*, formado pela Universidade de São Paulo (USP), principal responsável pelas matérias sobre Oriente Médio e, atualmente, editor da revista. As matérias selecionadas para essa análise são assinadas por ele, mas, por estarem dentro da revista, estão enquadradas nas restrições editoriais de tal, não podendo assim ser consideradas integralmente autorais.

³ Religião monoteísta, baseada nos ensinamentos religiosos do profeta Maomé e na leitura sagrada do Alcorão.



A proposta a ser desenvolvida, portanto, é identificar, nas manifestações midiáticas de um meio conservador brasileiro, marcas operantes da visão etnocentrista impregnadas na narrativa jornalística, como são construídas e como contribuem para a elaboração de um imaginário coletivo, um senso comum, sobre o Oriente Médio.⁴

Não pretendo, no entanto, propor que um meio de comunicação ou mesmo um jornalista possam ser responsáveis isolados pelo estabelecimento do senso comum acerca das questões Orientais. O fazer jornalístico, por mais parcial que seja, apresenta minimamente um referencial em que se baseia, e ao qual recorre repetidamente quando necessário, do contrário perderia seu estatuto jornalístico, comprometido com a “verdade”, passando à narrativa assumidamente ficcional. Na prática, essa parcialidade pode manifestar-se, por exemplo, através do uso repetido de um mesmo enquadramento na abordagem de um assunto, com o uso das mesmas vozes, condicionando as leituras a um mesmo direcionamento de olhar. “O não expresso impulsiona a atividade de constituição do sentido, porém sob o controle do expresso.” (MOTTA, 2005:36)

Mais uma vez, não se trata necessariamente de forjar realidades, mas minimamente reduz a margem de outras interpretações possíveis e pertinentes ao mesmo acontecimento. “Se a tragédia e a comédia, diz ele, podem representar os “melhores” e os “piores” homens, é porque os autores partilham com o auditório uma hierarquia de valores do “bem” e do “mal”.” (ARISTOTELES, *apud* MOTTA, 2005:30). A recorrente veiculação de uma só perspectiva sobre um mesmo tema, além de dialogar diretamente com o senso comum, reforçando assim seu caráter verossímil, o reitera.

A hipótese que pretendo analisar, a partir da cobertura das eleições do Hamas em 2006, é que a restrição dos pontos de vista considerados na cobertura jornalística compromete o caráter de verossimilhança ao qual o jornalismo se propõe, uma vez que outros olhares, também partes do mesmo acontecimento, podem trazer uma maior complexidade à narrativa, aumento do *spectrum* de interpretações e entendimentos possíveis, além de servir também como uma flexibilidade aos conceitos etnocêntricos tão arraigados.

⁴ Esse artigo faz parte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento sobre a questão, que resultará em um trabalho de monografia.



2. Etnocentrismo, Orientalismo e suas aplicações

“Etnocentrismo [De etn(o)- + centr(o)- + ismo] S.m. Tendência para considerar a cultura de seu próprio povo como a medida de todas as demais.” (FERREIRA, 1986: 733). A definição acima aponta para uma perspectiva geral sobre o etnocentrismo. Muito embora esse tipo de visão de mundo possa ser desenvolvido por qualquer povo, observamos a predominância e imposição da leitura Ocidental em relação a qualquer outra cultura destoante, fazendo a partir disso: juízos de valor, traduções culturais a partir de um auto-referencial e nele se bastando.

Homi Bhabha, indo-britânico teórico sobre o Neo Colonialismo, auxilia a descrever a colocação acima em um trecho de sua obra: “O Local da Cultura”:

“Um grande festival de cinema no Ocidente - mesmo um evento alternativo ou contracultural como o Congresso do “Terceiro Cinema” de Edimburgo - nunca deixa de revelar a influência desproporcional do Ocidente como fórum cultural, em todos os três sentidos da palavra: como lugar de exibição e discussão pública, como lugar de julgamento e como lugar de mercado.” (BHABHA, 2003:45)

O etnocentrismo, portanto, hegemonicamente falando, refere-se a uma visão Ocidental sobre o resto do Mundo. O Orientalismo, por sua vez, é uma especificidade das manifestações etnocêntricas, cuja cultura em foco é a Oriental.

2.1. Reconhecendo marcas do etnocentrismo

Tzvetan Todorov é um lingüista búlgaro, erradicado em Paris, França, desde 1963. Segundo ele, sua obra “Nós e os Outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana.”, foi inspirada e motivada por duas convicções:

“A primeira é que não considero as doutrinas do passado como a pura expressão dos *interesses* de seus autores: reconheço nelas também uma dimensão de verdade; passar pelo discurso para chegar ao mundo é talvez um desvio de caminho, mas nem por isso deixa de levar a ele (e traz, ademais, outras vantagens). A segunda é que os discursos são eles mesmos, acontecimentos, motores da história, e não apenas suas representações” (TODOROV, 1995:14)

A partir de tal consideração, desenvolve sua obra analisando alguns conceitos que definem correntes de pensamentos amplamente utilizadas pelo Ocidente, tais como Etnocentrismo, Cientificismo, Relativismo, dentre outros. Portanto, de acordo com a citação anterior, não julga tais conceitos como “pura expressão dos *interesses* de seus autores”, nem como simples representações discursivas, mas “como acontecimentos,



motores da história”. Pretendo aqui me apoiar em suas reflexões sobre o Etnocentrismo e, a partir destas, buscar aplicações práticas de sua remanescente influência, uma vez que teoricamente trata-se de um conceito já superado, nas matérias sobre as eleições do Hamas na revista *Veja*.

“A opção universalista pode ser encarnada em diversas figuras. O *etnocentrismo* merece ser posto à frente, pois é a mais comum dentre elas. Na acepção dada aqui a esse termo, consiste em valores universais os valores próprios à sociedade a que pertencemos. O etnocêntrico é, por assim dizer, a caricatura natural do universalista: este, em sua aspiração ao universal, parte de um particular, que se empenha em generalizar; e tal particular que se empenha em generalizar; e tal particular deve forçosamente lhe ser familiar, quer dizer, na prática, encontrar-se em sua cultura. A única diferença - mas, evidentemente decisiva - é o que o etnocêntrico segue a linha do menor esforço e procede de maneira não crítica: crê que seus valores são *os* valores e isso lhe basta; nunca busca verdadeiramente prová-los.”(TODOROV, 1995:21)

É justamente nessa pretensão Ocidental etnocêntrica que valores próprios do Ocidente tendem a ser considerados, valorizados como universais e, portanto, passíveis de serem disseminados e aplicados a outras culturas que não compartilham dos mesmos valores. A questão desprezada por tal concepção é que não necessariamente os “outros” (não ocidentais) estão de fato interessados em aderir aos padrões dessa “comunidade global” (HUNTINGTON; 2009:228), e quando isso acontece, dá-se o “choque de civilizações”. O fato de não estarem dispostos a participar dessa lógica é comumente narrado como uma ameaça mundial, o que significa dizer que a manutenção de algumas tradições, crenças, formas de fazer política e suas motivações representam uma afronta à Ordem Mundial criada por e para ocidentais.

Ao analisarmos trechos da matéria “Terroristas no poder”, publicada pela Revista *Veja* no dia 1º de fevereiro de 2006, podemos identificar usos de metáforas e colocações buscando entender a vitória do Hamas nas eleições palestinas, que fazem menções diretas a ícones de referência da cultura ocidental, como forma de traduzir o processo descrito.

“Sumiu o mapa da estrada chancelado pelas grandes potências, o protocolo de Oslo, que deu origem à Autoridade Palestina em 1993, e sumiu também a fórmula criada pela Resolução 242 das Nações Unidas de trocar “terras por paz”. (“Terroristas no Poder”- VEJA: 1º de Fevereiro de 2006.)

Nesse breve trecho podemos identificar diversas marcas etnocêntricas, reveladas através do excessivo uso de referenciais ocidentais aplicados para descrever a situação.



São eles: estrada, protocolo de Oslo, resolução 242 das Nações Unidas e até mesmo o próprio conceito de paz.

O uso da metáfora da estrada remete diretamente ao imaginário de Modernidade, progresso, racionalidade, valores tipicamente ocidentais, capazes de estabelecer um *metrum* valorativo positivo. Seu apagamento, sumiço, representaria, portanto, uma involução, um retrocesso quando comparado ao projeto ideal de resolução dos conflitos do Oriente Médio esperados pelo senso comum Ocidental.

A Resolução 242 das Nações Unidas, aprovada em novembro de 1967, ordenava a retirada de Israel dos territórios ocupados e a resolução dos problemas dos refugiados. Desde então Israel não aderiu à resolução alegando que só a cumpriria caso a Organização pela Libertação da Palestina reconhecesse a legitimidade do Estado de Israel. Trata-se, portanto, de outra versão sobre o fato, colocando em questão a afirmação de que foram as eleições do Hamas em 2006 que a fez ruir, como indica a abordagem da revista.

O Acordo de Oslo, assinado em 1993 na cidade de Oslo na Noruega pelos presidentes de Israel Yitzhak Rabin e da OLP, Yasser Arafat, tinha como proposta um esforço para realizar a paz entre os dois povos. Apresentava como principais pontos a retirada do exército israelense da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, bem como direito de autogoverno aos palestinos nas zonas governadas pela Autoridade Palestina. O governo palestino duraria cinco anos e então seria renegociado. Outro ponto era a questão dos refugiados, Jerusalém, segurança, fronteiras e assentamentos israelenses nos territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias. Esse acordo dividiu opiniões entre os palestinos, os que se opuseram alegavam que se tratava de uma rendição, uma vez que teriam que reconhecer o Estado de Israel. “O Hamas se opôs intensamente ao Acordo de Oslo, acreditando que ele visava servir aos interesses israelenses e comprometia os direitos básicos dos palestinos” (HROUB, 2008:15).

Essa era a posição do Hamas, mas nessa época o partido secular palestino Fatah era o que estava no governo. O Hamas, portanto, representava a oposição. Segundo Hroub, uma das razões pela qual se deu sua vitória nas eleições de 2006 foi à frustração do povo palestino em relação aos acordos de paz, defendidos pelo Fatah, mas que não se revertiam em mudanças, o que por sua vez gerou uma expectativa de uma resistência mais efetiva, uma brecha que o Hamas poderia suprir.



Estamos, pois, diante de diferentes formas de narrar aos acontecimentos. Sobre este ponto, acreditamos que as afirmações de Paul Ricoeur podem ser esclarecedoras, como indica Marialva Barbosa:

“Acontecimento e narrativa estão, a rigor, como afirma Paul Ricoeur, naturalmente entrelaçados. A narrativa produz uma configuração temporal particular caracterizada pela mediação do tempo vivido entre o campo da ação e da recepção. A descrição de um acontecimento não o aprisiona naquela lógica temporal, mas atravessa o passado e o futuro. Assim, narrar o acontecimento é entrar em um campo de experiência, no qual traços do passado são lembrados e transmitidos.”
(BARBOSA, 2007:106)

Ao citar tais acordos de paz, a revista retoma essa dimensão histórica na qual o acontecimento narrado está inserido, todavia a forma como o faz demonstra sua visão partidária dos ideais etnocêntricos, uma vez que não busca considerar que os tratados que narra como possíveis resoluções para os conflitos, mesmo tendo sido propostos por Estados Ocidentais e acordados pelos líderes israelense e palestino, nunca de fato funcionaram, independentemente das eleições do Hamas, e de quem o propôs (autoridades ocidentais). Evidencia-se, portanto, que a lógica etnocêntrica por muitas vezes é falha, e frente a situações complexas, sua função universalista não tem como funcionar, especialmente quando utilizada a serviço do propósito de expor a “realidade”, os acontecimentos, pretensa função do jornalismo.

A perspectiva etnocêntrica na narrativa jornalística, por muitas vezes, pode servir para que a notícia possa ser compreendida por seus leitores ocidentais, o próprio julgamento moral da diferença narrada apresenta função de minimamente estabelecer parâmetros utilizados para “aproximar” os leitores da realidade distante que lhes é narrada. A questão observada, no entanto, identifica usos dessa visão de mundo para além de suas próprias definições, extrapolando, mas não se eximindo, do lugar de crença que seus próprios valores são os certos, quando confrontados com acontecimentos destoantes. Notamos que recursos são utilizados para acentuar essa diferença, já existente, entre culturas, e, por conseguinte a afirmação positiva de uma sobre a outra por contraste.

Para tal objetivo, muitas vezes a “realidade observada” não serve, não cumpre tal função de forma tão explícita. Neste caso, observamos a associação de outros fatores, não necessariamente pertinentes ao assunto, ou forçosamente relacionados, que não se

prestam a auxiliar à compreensão do “acontecimento” narrado, mas sim delimitar essa contradição, mesmo que para isso “fazer sentido” a lógica etnocêntrica tenha que ser exacerbada e ocupar lugar protagonista na narrativa jornalística em detrimento de seu compromisso com o “real”.

“A compreensão narrativa dos acontecimentos jornalísticos caminha paralela à compreensão dos incidentes reportados isoladamente pela mídia como eventos pontuais que vão adquirir sentido narrativo no ato de recepção. Somos induzidos a pensar que os incidentes narrados precisam adquirir na mente do leitor ou ouvinte um encaixe de sequências encadeadas e compreensíveis. A determinação do receptor é construir significados integrais.” (MOTTA, 2005:39)

Frente a essa colocação, podemos considerar que no caso observado a compreensão da narrativa se faz a despeito da compreensão do “acontecimento”, correm também paralelas. Essa relação de paralelismo indica um referencial ao qual se reporta, pelo qual a notícia se justifica, mas a compreensão desenvolvida nem sempre remete ao “fato” propriamente dito. Isso demonstra que em um jornalismo, cuja narrativa é construída enviesada pela lógica etnocêntrica, apoiada repetidamente sob uma mesma concepção de mundo, torna-se ainda mais árdua a “determinação” do receptor em construir algo próximo a significados integrais. Essa situação é ainda agravada quando tratamos de questões que não compartilhamos no nosso senso comum, que não fazem parte diretamente da nossa experiência, como no caso das abordagens sobre Oriente Médio, pois outras referências sobre o tema são escassas, e em sua maioria, também etnocêntricas.

“A questão da verdade, ou melhor, das verdades, tratada no campo do jornalismo como uma problemática filosófica, aflige o profissional que, no ato de enunciar, vê-se condicionado a encontrar a verdade do fato. Esta é uma problemática que acompanha o exercício jornalístico, desde sua formação - a própria censura está vinculada à condição de se proferir verdades - e as soluções que tem sido encontradas, até agora, passam pelos autoritarismos e/ou pelas técnicas. O impasse, de qualquer forma é travado: não há verdade (para filósofos uma questão de fundo teórico) e ainda assim deve-se buscá-la (para os jornalistas, uma questão de fundo prático).” (RESENDE, 2005:92)

A problemática, portanto, não é acerca da busca de uma verdade sobre o que é narrado, até porque compartilho do conceito de inatingibilidade da mesma, mas sim quanto a uma restrição de fontes, atores sociais variados, em suma ferramentas capazes

de ampliar as possibilidades interpretativas disponíveis para a compreensão de um fato, sobre uma determinada região.

2.2. “Orientalismo”, uma visão etnocêntrica do Oriente.

Ao abordarmos a questão do etnocentrismo e suas manifestações na mídia impressa brasileira sobre a cobertura das eleições do Hamas, uma questão tipicamente oriental, não podemos deixar de discutir o conceito de “orientalismo”, proposto pelo humanista Edward W. Said em sua obra: “Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente”.

Said chama “Orientalismo, um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento, o lugar especial do Oriente na experiência ocidental européia”, “como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente.”

Em sua obra, não apresenta como pretensão indicar as falhas de correspondência entre Orientalismo e o Oriente, mas demonstrar uma construção coerente interna promovida por tal corrente, independentemente de refletir ou não em qualquer correspondência com o “real” Oriente.

“O valor, a eficácia, a força, a aparente veracidade de uma afirmação escrita sobre o Oriente baseiam-se muito pouco no próprio Oriente, dele não podem depender instrumentalmente. Ao, contrário, a afirmação escrita é uma presença para o leitor em virtude de ter excluído, deslocado, tornado supérflua qualquer *coisa real* como o “Oriente”. Assim todo Orientalismo representa e se afasta do Oriente: o fato do Orientalismo fazer sentido, depende mais do Ocidente do que do Oriente.”(SAID, 2007:52)

Tal colocação pode ser perfeitamente ilustrada quando verificamos os depoimentos recolhidos para compor a matéria: “Terroristas no Poder”. Todas, sem exceção, corroboram a perspectiva narrada, de quão desastroso é o Hamas no poder. Nenhuma se manifesta enquanto contraponto ao posicionamento exposto. Faz parecer, portanto, que há um consenso universal crítico sobre o acontecimento. Por estar dialogando diretamente com o senso comum Ocidental, esse olhar sobre o Oriente faz sentido no Ocidente, mesmo que não corresponda à “realidade” oriental, que afinal de contas elegeu o Hamas, fazendo-o conquistar 76 das 132 cadeiras do Conselho Legislativo da Palestina, enquanto o partido secular Fatah, “mais bem” visto pela ótica ocidental, conquistou apenas 43. Acentua-se assim a crença etnocentrista de que a perspectiva Ocidental é a mais apta para compreender e julgar o que se passa na cultura



Oriental, até porque as vozes ouvidas e consideradas foram utilizadas como argumento de verdade, a serviço de fortalecer, enrijecer sua narrativa e não de flexibilizá-la.

A *Veja* apresenta depoimentos como os seguintes:

“Se a Fatah foi punida pelos eleitores, isso não se deve ao fracasso de conquistar um Estado Independente, mas ao cinismo com que seus dirigentes se comportam como governo”- Alon Bem Meir, especialista em Oriente Médio do Centro de Estudos Globais na Universidade de Nova York. (“Terroristas no Poder”- VEJA: 1º de Fevereiro de 2006.)

“O IRA (Exército Republicano Irlandês) lutava pela independência, algo que pode ser negociado, e não pela destruição pura e simples da Inglaterra, como o Hamas quer fazer com Israel”- Gabriel Horenczyk, especialista em solução de conflitos da Universidade de Hebraica, em Jerusalém. (“Terroristas no Poder”- VEJA: 1º de Fevereiro de 2006.)

Buscando contrapor essas falas, sem pretender estabelecer juízo de valor sobre o que é ou não verdade, mas evidenciando minimamente o descompasso existente entre os discursos dependendo de quem os profere, seguem, na ordem, algumas colocações de Hroub sobre as mesmas questões manifestadas nessas falas:

“O Hamas triunfou por inúmeras razões. Em primeiro lugar o movimento colheu de fato os benefícios por longos anos de trabalho de trabalho devotado e popularidade. Pelo menos metade dos eleitores apoiou o Hamas por seu programa e objetivos declarados (...) A outra metade dos eleitores do Hamas foi motivada por outras forças. O fracasso do processo de paz, combinado com a crescente e presente brutalidade da ocupação israelense, deixou os palestinos sem acreditar na opção de negociar com Israel um acordo pacífico”(HROUB, 2008: 21)

“Seu lema (do Hamas) principal é a “Libertação da Palestina”, que falha ao não dizer o que seria feito do Estado de Israel caso esse objetivo fosse atingido (...). Um fato é incontestável: não há uma ameaça à existência de Israel nem a curto quanto a longo prazo, mas certamente existe uma contra os palestinos por parte de Israel(...) O tema dominante em seu discurso político e militar se refere à resistência contra a ocupação de terras tomadas ilegalmente e à expulsão dos ocupantes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.” (HROUB, 2008: 68)

A consideração dos pontos de vista como os de Hroub destituiria a lógica Orientalista. Um olhar de um oriental, propondo representações e significados de sua própria cultura destoantes das concepções orientalistas, evidencia o caráter supérfluo da auto-representação Oriental em para tal sistema etnocêntrico que se propõe a entender e traduzir o Oriente.



“Mas o que dava ao mundo dos orientais a sua inteligibilidade e identidade não era o resultado dos seus próprios esforços, mas antes toda a complexa série de manipulações sagazes pelas quais o Oriente era identificado pelo Ocidente. Assim unem-se duas características da relação cultural que tenho discutido. O conhecimento do Oriente, porque gerado pela força, *cria* num certo sentido o Oriente, o oriental e seu mundo.” (SAID, 2007:73)

Nenhuma outra versão, leitura ideológica ou ator social controverso, cujo discurso confrontaria o das intenções da revista, é considerado. As únicas vozes que aparecem são as que vêm com o intuito de reafirmar a versão narrada. O que existe a ser dito pelas versões locais destoante à ordem orientalista tende a ser considerado reflexo da falta de informação, do despreparo para lidar com assuntos racionais, da esfera civilizada, julgados previamente equivocados e por isso desconsiderados ou subjugados quando aparecem.

“(…) o Orientalismo é bem mais compreendido como um conjunto de restrições e limitações do pensamento do que simplesmente como uma doutrina positiva. Se a essência do Orientalismo é a distinção indelével entre a superioridade ocidental e a inferioridade oriental, devemos estar preparados para notar como no seu desenvolvimento e história subsequentes o Orientalismo aprofundou e endureceu a distinção” (SAID, 2006:75-76)

Trata-se, portanto de uma das articulações desse jogo de poder entre Oriente e Ocidente, em que a visão do Ocidente é hegemônica e preponderante, por descaracterizar a complexidade interna da cultura e de seus atores, exaltar o discernimento e organização Ocidental, e por conseguinte demonstrar-se apto para entender e solucionar as questões mesmo estando a elas externos, mas não alheios.

Importante ressaltar que nenhuma das versões possíveis ancora em si a “verdade”, até porque essa é inatingível. Os fatos são narrados a partir de uma complexa teia de valores ideológicos, culturais, sociais em que tanto os, no caso, jornalistas quanto os receptores de suas notícias estão inseridos, não havendo, portanto, como extrair de tal cenário uma única verdade, por mais partidário de uma das versões que se seja. No entanto, é neste mesmo jogo de poder que um descompasso considerável entre as versões cabíveis a cada um destes mundos se estabelece. Na mesma proporção a versão hegemônica Orientalista o tenta ocultar.

A simples apresentação de falas destoantes locais, Orientais, proveria à narrativa maior complexidade, traria à tona mais conflitos ideológicos, impertinências, enfim exporia melhor a questão delicada dos conflitos, as concordâncias e as discordâncias.



Mostrar esses paradoxos seria, em certo nível, abrir mão desse jogo de poder previsto quando métodos Orientalistas de narrativa são escolhidos, uma vez que o universo de possibilidades interpretativas cresceria consideravelmente, oferecendo aos receptores mais condições para construir suas próprias “realidades integrais”, sendo uma alternativa ao monopólio dos encadeamentos dos sentidos, não dependendo mais tão somente das restritas, reducionistas e muitas vezes interessadas perspectivas das atuais construções jornalísticas.

3. Considerações Finais

Na introdução de “Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente”, Said deixa uma brecha na qual me inspirei para esse artigo. Diz a passagem:

“Talvez a tarefa mais importante de todas seja a de empreender estudos das alternativas contemporâneas ao Orientalismo, perguntar como é possível estudar outras culturas e povos a partir de uma perspectiva libertária, ou não repressiva e não manipuladora. Mas nesse caso seria necessário repensar todo o problema complexo de conhecimento e poder.” (SAID, 2007:55)

A partir da análise da matéria da *Veja* que cobre as eleições do Hamas em 2006, pudemos identificar diversas marcas de etnocentrismo na construção da narrativa jornalística, no caso, da revista *Veja*, mas que não lhe é específica, ou seja, pode ser encontrada também em outros veículos de jornalismo, informação, entretenimento, dentre outros que não puderam ser aqui considerados. Ao contrapormos essa perspectiva à de Khaled Hroub, pudemos então notar que a simples presença de um ponto de vista diferente ao veiculado já se faria suficiente para provocar um aumento considerável nas possibilidades interpretativas sobre a questão abordada.

Não pretendi, no entanto, desvendar de fato, todos os descompassos das versões, nem mesmo apontar para o que está “certo” ou não, mas sim chamar a atenção para uma complexidade que por muitas vezes se mantêm oculta. Um bordão muito utilizado nas Ciências Biológicas traduz bem a intenção do artigo: “A ausência de evidências não significa evidência de ausência.” Há certamente uma intenção no que não é dito, e sua ausência é, por si só, muito eloquente.

Ao discutir questões como Etnocentrismo e Orientalismo, essas “intenções” ficam mais claras, situam-se, portanto em um projeto maior de jogo de poder, onde conceitos que traduzem o “mundo Oriental” são amplamente veiculados sob uma restrita e poderosa ótica e tradução Ocidental, além de hegemônica. A revista *Veja*, é bom deixar claro, não produz essa lógica, mas está nela inserida e, por sua orientação



conservadora, a reproduz de acordo com seus ideais. Essa prática, no entanto, poder ser intencional, consciente, ou pode ser uma reprodução inconsciente de uma lógica tão introjetada, não temos como determinar.

O que pretendi com este artigo, no entanto, foi contribuir para a exposição de uma condição alternativa a essa práxis que muitas vezes me parece viciada. A partir de então, o mérito da remanescente reprodução de tais procedimentos passam para o âmbito do consciente, logo passíveis de uma escolha responsável, o que não cabe mais à alçada do pesquisador.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, H.K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003
- BARBOSA, M. *Percursos do olhar. Comunicação, narrativa e memória*. Niterói: EdUFF, 2007.
- FERREIRA, A.B.H. *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.
- HROUB, K. *HAMAS: um guia para iniciantes*. Rio de Janeiro: Ed. DIFEL, 2008.
- HUNTINGTON, S.P; *Choque de civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*. http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=gEqsmM1QebIC&oi=fnd&pg=PA11&dq=Samuel+Huntington&ots=o2V-j7RM2i&sig=BF_D2sAcRPKLtsZxSHJBRQn9hR0, consulta em 26 de junho de 2009.
- MOTTA, L.G. “Jornalismo e configuração narrativa da história do presente”. In: *Revista Contracampo. Revista do Mestrado em Comunicação*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, v.12, 1º semestre de 2005, pp23-49.
- RESENDE, F. “O jornalismo e a anunciação: perspectivas para um narrador-jornalista”. In: *Revista Contracampo. Revista do Mestrado em Comunicação*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, v.12, 1º semestre de 2005, pp85-102
- SAID, E.W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Ed. Companhia da Letras, 2007.
- SCHELP, D. “Terroristas no poder”. In: *Revista Veja*. São Paulo, Ed Abril, ano 39, nº 4, edição 1941, 01/02/2006, p.84-87.
- SHLAIM, A. *A muralha de ferro. Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro, Ed. FISSUS, 2004.
- SMITH, D. *Atlas do Oriente Médio. O mapeamento completo de todos os conflitos*. São Paulo, Ed. Publifolha, 2008.
- TODOROV, T. *Nós e os Outros. A reflexão Francesa sobre a diversidade humana. I*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor, 1993.